



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 26/07/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### Negociações melhoram e 37% dos reajustes têm ganho real

Boletim De Olho nas Negociações, do Dieese, edição de julho, mostra que cerca de 37% dos reajustes salariais das categorias com data-base em junho tiveram ganhos reais. Esse é o maior percentual de reajustes acima da inflação desde setembro de 2020. Naquele período, 44% haviam conquistado aumentos reais.

O resultado também foi bom para os reajustes obtidos em valor igual à inflação, que chegaram a 37%. Os que não repuseram a inflação somam 26%. A análise tomou como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

De janeiro a junho, os reajustes salariais que ficaram acima do INPC-IBGE correspondem a 21,4%. Os que foram iguais, somam 35,2%. Já os que ficaram abaixo são 43,4%.

Dentre os principais setores, o que teve melhor resultado foi o da indústria, o qual teve 26,8% dos reajustes salariais com ganho real. Em seguida, aparece o de serviços, com 20% apresentando aumento real. Já o setor de comércio teve apenas 15,7% acima da inflação.

Já no quesito abaixo do INPC-IBGE, o setor de serviços teve 50,9% dos reajustes abaixo do índice inflacionário, seguido pelo da indústria (35,7%) e comércio (30,7%).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 26 de julho.

### Mercado prevê inflação menor com medidas do governo, mas projeta alta em 2023

A projeção de economistas consultados para a alta dos preços administrados em 2022 passou a uma variação positiva de 0,01%, de 1,74% na semana anterior. Com isso, o cálculo para a alta do IPCA neste ano caiu pela quarta vez, chegando a 7,30%, de 7,54% antes.

A revisão se dá na esteira de medidas do governo para aliviar a inflação elevada neste ano, como a aprovação da lei que estabelece um teto para as alíquotas de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia, comunicações e transporte coletivo.

Mas analistas alertam que a lei não tem efeitos duradouros, e com isso passaram a ver pressão ainda maior da inflação em 2023. Economistas consultados na pesquisa Focus passaram a estimar o avanço do IPCA no ano que vem em 5,30%, 0,10 ponto percentual a mais do que na leitura anterior.

Com esse cenário, em ambos os anos a inflação terminará bem acima do teto da meta oficial, cujo centro está em 3,5% para 2022 e 3,25% para 2023, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de julho.

### Dieese: 'recuperação' da economia é frágil, mas pobreza cresce em ritmo acelerado

Enquanto a sempre anunciada recuperação da economia se dá de forma lenta e em base fraca, a pobreza e a desigualdade "se acentuam em ritmo acelerado", afirma o Dieese. Em boletim, o instituto lembra que alguns indicadores apontam melhora, mas em comparação com períodos que tiveram forte impacto da pandemia de covid-19. Assim, estão "ancorados em bases frágeis".

O Dieese destaca, inicialmente, que o número de pessoas em situação de fome aumentou para 33 milhões neste ano.

O boletim cita também a Emenda Constitucional (EC) 123, originada da chamada "PEC do desespero eleitoral", recentemente aprovada no Congresso. Segundo o Dieese, "é uma tentativa do governo de reverter o quadro eleitoral, distribuindo benefícios somente até o final do ano, sem que esteja, de fato, articulada com uma mudança de estratégia na política econômica e nas políticas sociais".

Além disso, acrescenta o instituto, a recente aprovação da privatização da Eletrobras "aumenta o risco de elevação das tarifas de energia elétrica e solapa a soberania e a segurança energética nacional, indo na contramão do mundo".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de julho.

## Auxílio Brasil de R\$ 600 já chega defasado e famílias cortam alimentos para sobreviver

Principal aposta do governo federal nas eleições deste ano, o Auxílio Brasil de R\$ 600 ainda nem foi pago, mas já chegará defasado para as cerca de 20 milhões de famílias em situação de pobreza que devem receber o benefício.

O benefício extra não comprará o mesmo que o brasileiro comprava em 2020, quando o auxílio emergencial de R\$ 600 foi pago por causa da pandemia de coronavírus e elevou a aprovação do governo Bolsonaro. Naquele ano, com R\$ 200 no supermercado, o consumidor levava para casa 18 itens, incluindo arroz, feijão, carne, leite, ovos, queijo mozzarella, macarrão, bolacha e alguns legumes.

Para sobreviver, as famílias atendidas pelo Auxílio Brasil —que também receberam o auxílio emergencial— já cortaram alimentos básicos do carrinho de supermercado e devem cortar ainda mais. Essa é a situação na casa da autônoma Dyane Ayala, 39 anos.

"Não dá para ter carne; frutas e legumes só quando dá mesmo ou quando chega uma doação. Naquela época, o leite estava R\$ 3,89. Agora está R\$ 8. Vou no mercado e vou cortando. Em casa, o leite eu cortei. A gente toma chá, café, toma o que tem", diz.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de julho.

## Cresce número de benefícios negados pelo INSS em todo o País

É crescente o número de benefícios previdenciários negados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na última década. Segundo as informações divulgadas no Boletim Estatístico da Previdência Social, de 2012 a 2018 o INSS costumava negar, em média, 3,4 milhões de benefícios ao ano. Desde 2019, os benefícios indeferidos aumentaram para 4,4 milhões ao ano, em média. Só no ano passado, foram mais de 4,6 milhões de negativas. E a maior parte das requisições barradas barrados são referentes aos benefícios por incapacidade, como o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e o auxílio-acidente, que só em 2021 foram mais de 2,6 milhões.

A última estatística foi divulgada pelo INSS no mês de maio e, de acordo com o Boletim, já foram mais de 1,8 milhão de benefícios indeferidos pela autarquia previdenciária nos primeiros cinco meses de 2022.

De acordo com os especialistas, esses números refletem as dificuldades dos segurados no acesso aos benefícios, que foram acentuadas nos últimos meses pela pandemia do Covid-19. E os obstáculos podem surgir por erros dos trabalhadores ou do INSS. Os cidadãos costumam esquecer de entregar a documentação completa ou realizar algum ato burocrático obrigatório. Já no INSS os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

O advogado especialista em Direito Previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao INSS afetam o andamento de processos. "Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao INSS são na documentação. Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais -, como divergências nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua. Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 26 de julho.

## Confiança do consumidor sobe em julho, mas perde ritmo, mostra FGV

O ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da FGV teve no mês avanço de 0,50 ponto, chegando a 79,5 pontos, depois de ter saltado 3,5 pontos em junho, o que segundo a FGV indica acomodação do índice.

"Aparentemente, o efeito dos estímulos realizados pelo governo perde força e não consegue reverter a percepção ruim da situação financeira das famílias de menor poder aquisitivo", explicou em nota a coordenadora das sondagens, Viviane Seda Bittencourt.

Ela destacou, no entanto, melhora das perspectivas para os próximos meses sobre economia e emprego.

"Esse movimento, contudo, é exatamente oposto para os consumidores de maior poder aquisitivo. [...] A proximidade das eleições pode tornar as expectativas mais voláteis, considerando que não há uma perspectiva de mudança dos fatores econômicos nos próximos meses", completou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 26 de julho.